

Reunião pode custar até Cr\$ 962 milhões

BRASÍLIA — A convocação extraordinária do Congresso pode custar aos cofres públicos Cr\$ 962,5 milhões. A quantia corresponde à ajuda de custo de Cr\$ 1.688 milhão que cada um dos 495 deputados e 75 senadores tem garantida, de acordo com um decreto legislativo em vigor desde 1988. O líder do governo no Senado, José Ignácio Ferreira (PST-ES), já estuda a hipótese de apelar aos seus colegas de Congresso para que abram mão do dinheiro, mas admite que "o assunto é delicado".

Com a soma dos vencimentos normais e da ajuda de custo, cada parlamentar deve receber em janeiro Cr\$ 3.125 milhões. "O custo é altíssimo", criticou o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Neto (RJ), que tentou evitar que o governo tomasse essa iniciativa. Ele argumentou ao presidente Collor que, além do

alto custo, a convocação representaria um fator de desgaste para o Congresso. "Dúvido que haja número suficiente para a votação de qualquer matéria", desafiou.

O líder do PTB na Câmara, deputado Gastone Righi (SP), concorda com Amaral e vislumbra na convocação uma estratégia do governo para lidar com um Congresso enfraquecido pela renovação de 62% de seus integrantes. "Não há motivo para essa convocação açodada", atacou Righi, lembrando que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) está em recesso. "O governo foi obrigado a tomar essa medida", rebateu o líder do PRN, deputado Arnaldo Faria de Sá. Ele argumenta que a Justiça poderia considerar a legislação que prevê a indexação e lembra que o quórum é necessário apenas para a leitura da mensagem.